

# ACERVO

## REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### Arquivo

#### CAPÍTULO DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Art. 3º - Consideram-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, fruição, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei.



ARQUIVO NACIONAL

v.4, n.2, jul.dez. 1989

v.5, n.1, jan.jun. 1990

## A popularização dos arquivos\*

Regina Maria Martins Pereira Wanderley  
Ex-Chefe da Seção de Registro e Catálogo do  
Arquivo Nacional e professora de Arquivística  
e Pesquisa Histórica da UERJ

"Cultura consiste essencialmente na incorporação piedosa, ordenadora — quase que se poderia dizer proprietária — dos monstros da noite no culto dos deuses."

Thomas Mann

Nos últimos cinquenta anos o conceito de cultura alargou-se com o novo enfoque de cultura africana adotado pela Unesco, através do dispositivo generalizando cultura negra, por ocasião da independência dos estados africanos. Antes hermético, representando o conhecimento erudito baseado no estudo sistemático e, às vezes empírico, privilégio da elite, a cultura expandiu-se para todas as formas de experiências humanas, criando o que Michel Vovelle chama de "intermediários culturais", com uma leitura mais ativa, tecida de trocas recíprocas.

Os arquivos eram, então, o repositório estático daquela 'cultura', aguardando a procura de interessados na elaboração de projetos eruditos. Atualmente, a dinâmica da sociedade exige dos arquivos uma política agressiva extramuros. A nova história traz consigo enfoques, perspectivas, e, conseqüentemente, formas modernas de uso dos depósitos documentais. O elenco das ciências auxiliares da história é acrescido das recentes técnicas de administração do conhecimento: informática, vídeos, cinema, leitura de fitas magnéticas. A estatística ocupa uma posição importante como matéria auxiliar quantitativa das mentalidades. O leque torna-se cada dia maior, acompanhando o avanço da tecnologia que rapidamente modifica a visão do mundo.

Esta conscientização obriga aos arquivistas uma nova estratégia de comportamento. Os arquivos precisam ser cada vez mais abertos, com o dever de mostrar aos cientistas seu potencial; quanto ao leigo, fomentando seu interesse pela história, devem ajudá-lo a melhor compreender a atualidade através de sua influência, e, ainda, apoiado no passado, programar o futuro. É necessário criar a consciência de que os arquivos não são exclusividade de historiadores ou de usuários cartorários.

\* Trabalho apresentado durante a I Conferência Nacional de Arquivos Públicos — 1988.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 4 v. 5	n. 2 n. 1	p. 85-89	jul.-dez. 1989 jan.-jun. 1990
--------	----------------	--------------	--------------	----------	----------------------------------

O surgimento da história plurissecular, em contraste com a historicizante, episódial, o estudo dos ciclos na economia, vislumbram novos horizontes para os arquivos. A abertura de suas portas pressupõe a existência de um público. Ora, a cultura não sobrevive sem raízes, e esta não é a realidade brasileira. Portanto, são novas tarefas que os arquivos têm necessidade de assumir: realizar exposições, divulgar seus trabalhos através de todos os meios da mídia, chamar a atenção da população e, principalmente, buscar um público novo.

A criação de instrumentos de pesquisa mais didáticos, permeando a técnica com uma linguagem mais compreensível, facilitará o acesso às informações contidas em seus acervos — de importância vital para os novos usuários, em geral, pouco eruditos. É imprescindível a confecção de guias temáticos ou de espécies documentais, de índices por assunto, a 'decupação' de textos que possam ser mimeografados, para uso nas salas de consultas e enviados a outros centros de pesquisas, com o objetivo de orientar os consultantes aos repositórios adequados. A reprodução de documentos em forma de cartões-postais, fac-símiles, diapositivos, bem como a publicação de artigos em revistas especializadas ou jornais, enfatizando o acervo e suas diversas finalidades, além de uma sala de recepção acolhedora, são medidas aconselháveis.

As perguntas que recebemos em função do Guia de África são típicas da desinformação do uso dos arquivos: grande parte da correspondência solicitava o livro de "história dos negros no Brasil ou da África", por desconhecimento do que seja ou para que serve um guia de arquivos.

Não se pode perder a oportunidade de mostrar o material arquivístico, tanto no próprio arquivo, como em espaços que abriguem uma grande assistência. A promoção do evento precisa de agressividade para mobilizar o público, e a exposição deve sensibilizá-lo a ponto de despertar o interesse pelos diversos suportes sob sua guarda.

É importante que a divulgação alcance as mais diversas classes sociais e culturais, pois seu público-alvo pode incluir desde o consulente habitual até empresários e administradores que podem usufruir não só dos arquivos institucionais, como também de seus próprios arquivos.

O uso dos arquivos não pode ficar circunscrito a um espaço previamente definido, duro e compacto: é necessário traçar um itinerário complexo que faça crescer ou aguçar os sentidos do conhecimento, e destruir a pretensão erudição para simplesmente falar a linguagem da história — um trabalho intelectual de esclarecimento, destinado a todas as camadas sociais. Urge que se faça logo; a ocasião é propícia, passível de ser aproveitada para consolidar o direito de todos sobre o imenso patrimônio documental do país.

A estrutura da sociedade moderna quase anula o indivíduo. No mundo atual poucos momentos bastam para pôr à prova o caráter de um homem, mostrando que a vida não depende apenas de uma cadeia de decisões condicionadas, porém apresenta imponderabilidades tais como a força transformadora da inteligência. O conhecimento da importância dos setores produtivos de massas documentais pode transformar as perdas de recursos, de espaço e de tempo em economia, o que trará reflexos positi-

vos para o país. Parece ingênua tal afirmação, mas o Brasil, repetindo o chavão, é excessivamente burocrático, e esta prática é antieconômica. A racionalização da produção de papel (gestão de documentos), a previsão do destino do material resultante do bom andamento dos serviços, a avaliação da massa acumulada com a conseqüente guarda do que é realmente útil e como prova da formação e gerência empresarial facilitarão os trâmites internos, impedindo o aparecimento de regulamentos e leis que se colidam e suscitem dúvidas sobre seu verdadeiro objetivo. Isto fica patente, por exemplo, quanto à responsabilidade do patrimônio cultural brasileiro, o qual, desde a Constituição de 1937, possui atribuições dúbias.

Os arquivos têm o dever de instruir a opinião pública, cabendo aos arquivistas o papel de disseminar informações, seja por vias oficiais, seja abrindo seus espaços, alertando sobre o potencial do acervo sob sua custódia.

O conhecimento do acervo é imprescindível para a abertura ao público. Tomada de consciência, cultura, saber — não são produtos de massa, vendáveis em supermercados —, estes, de fácil colocação na mídia usual: jornais, revistas e televisão. O nosso produto é considerado austero, um patrimônio mal conhecido que, por sua própria natureza, afasta os mais tímidos. Por isso, popularizar o uso dos arquivos é um desafio que custa dinheiro. Não aproveitamos suficientemente o *evergetismo* que aflorou com a Lei Sarney, ora revogada. O *mecenato* não é coisa nova, existe desde os tempos helenísticos. O importante é usá-lo e bem, fazendo com que reverta da forma mais abrangente possível à coletividade. A obtenção de donativos está condicionada a dois importantes fatores: a disponibilidade de doador e a credibilidade do receptor.

O Arquivo Nacional recebeu ajuda financeira para o projeto 'Guia de Fontes para a História da África', que possuía, além da chancela do próprio arquivo — hoje uma instituição respeitada técnica e culturalmente —, texto e propósitos convincentes. A maioria, cerca de 95% das entidades procuradas, ocorreu imediatamente, sob as mais diversas modalidades: monetária ou através de serviços, viabilizando a consecução do projeto em sua íntegra e possibilitando uma mídia expressiva para a explicação do trabalho em curso. Subliminarmente, junto à sua divulgação, veiculava-se o nome do Arquivo Nacional em larga escala, imprimindo seus objetivos na população leiga. É bem verdade que o contexto do projeto tinha um apelo de grande alcance, o que facilitou sua penetração e estimulou indagações em forma de cartas, telefonemas, propostas até mesmo financeiras.

Os trabalhos temáticos são mais fáceis de atingir o grande público e podem promover o desenvolvimento da consciência nacional através de questionamentos relativos a sua origem, formação e perspectivas que vão aumentar a responsabilidade sobre o patrimônio documental, arquitetônico e arqueológico, e também a procura pelos arquivos.

O aproveitamento de espaços em eventos estranhos aos arquivos devem ser utilizados desde que surjam oportunidades: feiras de moda, mostras de publicidade, exposições de indústria, que permitam retrospectivas

sobre privilégios industriais, juntas comerciais, fotos, cartazes ou filmes. Enfim, é o arquivista que conhece o potencial da massa documental que guarda, cabendo a ele o *feeling* de identificar ocasiões propícias. As experiências têm demonstrado que depois de cada exposição inserida desta maneira, eleva-se a procura pelo acervo. A curiosidade se exacerba e proporciona a oportunidade de busca financeira para execução de índices e catálogos.

A necessidade de aproximar os arquivos às escolas de primeiro e segundo grau é urgente, porém a forma ainda não foi bem definida. Nas cidades pequenas torna-se mais fácil — os alunos conhecem melhor seu espaço —, podendo ser utilizados bustos ou hermas, praças, datas comemorativas, para iniciar um trabalho pedagógico. Como não é aconselhável o manuseio de originais por crianças, o ideal é fazer cópias fotostáticas, através de uma montagem racional, por ordem cronológica dos acontecimentos locais. Nas cidades de grande porte este trabalho é mais difícil, pois as escolas não congregam, necessariamente, estudantes da circunvizinhança.

#### O futuro

Nossa experiência do passado é singular: a história. Mas o futuro é plural, são infinitas as alternativas, e baseado em episódios recentes ou não, ele consiste em eventos que acontecem ou não. Um simulador computadorizado vem sendo utilizado na tomada de decisões sobre dilemas de futuras alternativas. Isto não é ficção científica. O Policy Analysis Company, nos Estados Unidos, desenvolveu um programa — SIGMA — que simula perspectivas apoiadas em experiências passadas. Assim, as mais viáveis são trabalhadas na tentativa de encaminhá-las da maneira mais racional e menos danosa à humanidade. O SIGMA fundamenta-se na técnica da física nuclear. Método irrefutável na física, ainda engatinha nas probabilidades da consecução dos eventos em outros campos. Esta prática especial está sendo aplicada em análise política e proximamente o será na definição de recursos humanos, numa tentativa de racionalização de mão-de-obra.

O importante é que, até certo ponto, são previstas estratégias pré-programadas. É necessário que tenhamos em mente que as 'idades' da humanidade são identificadas pelos materiais: pedra, bronze e ferro. Atualmente, o homem produz o plástico, os condutores cerâmicos que comandarão a chave do avanço tecnológico do futuro. Na última década o mundo orientou-se pelo processamento da informação, a biotecnologia, além de novos materiais.

Os arquivos constituem o repositório natural da produção intelectual, e se não estivermos atentos retornaremos rapidamente à situação de 'arquivo morto'. Assim, é necessário conhecer a maior unidade arquivística existente e torná-la acessível ao público, o qual deve assumir um compro-



misso com este patrimônio; e quanto às autoridades, elas precisam ser sensibilizadas para a concessão de verbas e a formação de mão-de-obra qualificada. O arquivo moderno não prescinde só de historiadores, como em passado recente; todas as áreas são importantes, pois até mesmo o arranjo da documentação poderá ficar comprometido, não apenas pela especificidade dos assuntos, como também pelos seus suportes. A sofisticação exigida para a guarda deste material será muito maior. As informações mais complexas exigirão profissionais capazes de compreendê-las, e não creio que teremos, num futuro muito breve ou remoto, arquivistas tão ecléticos que sejam capazes de dominar o complexo acervo, ora em formação.

Popularizar os arquivos pressupõe também criar vocações. Urge que nos conscientizemos de que dos arquivistas atuais dependem os arquivos brasileiros do futuro, pois os países desenvolvidos tecnologicamente continuam no trabalho de prospecção do passado, gerenciando a produção documental do presente, e avançam nas perspectivas futuras.

#### Bibliografia

- MANUEL *d'archivistique*. Paris: Ministère des Affaires Culturelles, 1970.  
 RENTRO, William L. Future histories: a new approach to scenarios. *The Futurist*, 38-41, mar./apr. 1987.  
 VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

#### Abstract

The author defends the archivists' new posture regarding the social function of archives, that should always look for new users, without distinction or privilege, advertising aggressively their holdings. According to the author, archives have to diversify the offer of their outputs to every social class, breaking the old and conservative policy of preferential attendance to historians and administrative users.

#### Résumé

L'auteur défend une nouvelle posture des archivistes en ce qui concerne la fonction sociale des archives, qui doivent chercher sans cesse des nouveaux usagers sans distinction ou privilège, divulguant de façon agressive leurs collections de livres.

Pour l'auteur, les archives doivent diversifier l'offre de leurs produits à toutes les classes sociales, en coupant définitivement avec cette ancienne politique de satisfaire en priorité les historiens et les usagers privilégiés.